

Entre Duas Solidões

Aquela era mais uma manhã comum. De um lado, alguém atravessava a porta de um tribunal pela primeira vez. O passo hesita. Uma vida inteira atravessa a memória. Não por dúvida, mas pelo peso invisível que se carrega quando a vida já não encontrou resposta em lugar nenhum.

Muitos diriam: é só mais um processo. Mas não é.

É o salário que não veio. A palavra que feriu. O dia em que o trabalho deixou de ser dignidade e passou a ser desgaste.

Como voltar para casa e explicar aos filhos e à esposa grávida um silêncio que nem o próprio trabalhador compreende? Como sentar-se à mesa sem conseguir tocar na comida feita com amor, enquanto o medo embrulha o estômago?

É olhar para as próprias mãos calejadas — as mesmas mãos que sustentaram anos de esforço — e sentir, pela primeira vez, que talvez tudo aquilo não tenha sido suficiente para proteger a própria vida do desamparo.

Ali, naquele instante, não buscava grandeza. Suplicava apenas um recomeço. Não sabia se seria ouvido. Não sabia sequer se ainda existia saída.

Ao atravessar os corredores do tribunal, percebeu que não estava sozinho. Havia outras pessoas nos bancos de espera: olhares baixos, mãos inquietas segurando documentos como quem segura os últimos restos de esperança.

Não havia conversas.

A dor, às vezes, cria um silêncio coletivo.

Cada um carregava histórias que quase nunca aparecem inteiras nos autos: humilhações engolidas, jornadas excessivas, palavras atravessadas na garganta, noites em que dormir se tornou impossível diante das incertezas do amanhã.

E, ainda assim, todos aguardavam.

Porque talvez ainda existisse algo profundamente humano naquele lugar. Talvez alguém ainda fosse capaz de ouvir.

Por trás de toda aquela estrutura existiam também outras vidas atravessadas pelo mesmo peso. Antes de chegar ao tribunal, aquela dor já havia passado por

audiências, escutas e decisões difíceis. Já havia encontrado magistrados consumidos entre códigos, processos e vidas.

Juízes atravessam madrugadas estudando processos porque sabem que, diante deles, existem pessoas esperando uma chance de continuar. E depois da sentença, ainda existe o tribunal: desembargadores, servidores e equipes inteiras dedicados a recursos, fundamentos e análises.

Porque cada processo carrega muito mais do que nomes e números.

Carrega destinos.

Existe um silêncio que acompanha cada decisão. Não o silêncio da ausência, mas o da responsabilidade. Porque decidir não é apenas aplicar a lei. É sustentar consequências que ultrapassam o papel.

Há histórias que atravessam a madrugada junto de quem decidiu. Cansaços invisíveis. Momentos familiares perdidos. Decisões que continuam ecoando mesmo depois da assinatura final.

Enquanto um suplica, o outro sustenta. Enquanto um sofre, o outro responde. Enquanto um chega ao limite, o outro precisa permanecer lúcido.

Vidas que talvez nunca mais se cruzem.

Não se conhecem. Nunca dividirão um café ou qualquer instante comum. Ainda assim, encontram-se quando a vida exige respostas.

O trabalhador aperta as mãos suadas e tenta organizar a própria dor em frases compreensíveis. Nem sempre consegue. Algumas injustiças perdem a forma justamente quando encontram espaço para serem ditas.

Há temor. Há pausas. Há lembranças difíceis atravessando cada palavra.

Do outro lado, alguém escuta.

A dor.

O medo.

O silêncio entre uma frase e outra.

Talvez seja exatamente aí que os quarenta anos revelem sua verdadeira dimensão. Não apenas na estrutura construída ao longo do tempo, mas na capacidade de

continuar ouvindo o sofrimento humano sem permitir que ele se transforme apenas em rotina.

Porque seria mais fácil endurecer.

Seria mais simples transformar processos em números e dores em procedimentos repetidos. Mas a cidadania não se constrói na indiferença. Ela nasce desse esforço diário de lembrar que cada processo possui um rosto, uma história inteira tentando não desmoronar.

Talvez por isso as paredes daquele tribunal carreguem algo invisível: quarenta anos de espera, angústias e vidas tentando reconstruir o próprio caminho.

Algumas decisões devolvem fôlego. Outras não conseguem reparar tudo. Porque nenhuma decisão alcança completamente aquilo que o sofrimento destruiu.

Mas existe algo que permanece: a sensação de que alguém ouviu.

E, para quem já havia perdido quase tudo, às vezes ser ouvido é o primeiro passo para continuar existindo.

Talvez seja exatamente isso que sustenta o tribunal há quarenta anos: não apenas as normas ou os processos, mas essa ponte silenciosa entre quem pede e quem responde.

Quatro décadas de decisões carregam mais do que fundamentos jurídicos: carregam o esforço de quem estudou até a exaustão e a esperança de quem chegou sem saber se ainda havia saída.

Porque, no fim, a justiça não é feita apenas de respostas.

Ela também nasce desse encontro invisível entre duas solidões: a de quem pede e a de quem precisa decidir.

Talvez seja isso cidadania: o esforço profundamente humano de impedir que a dor do outro passe despercebida.

Por isso, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não julga apenas processos. Sustenta esperanças e devolve, todos os dias, a pessoas desconhecidas, a coragem de continuar vivendo.

Eliane Calixto Paiva Dancur

